

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Abril/2022

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO****Concurso para Provimento de cargos de
Promotor de Justiça e Promotor de
Justiça Substituto de 1ª Entrância**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 002

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-002

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA OBJETIVA**INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Hannah Arendt, teórica política, escreveu sobre poder, democracia e totalitarismo.

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100. Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A ● C D E

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 5 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**GRUPO TEMÁTICO I****Direito Penal**

1. Praticado o crime por José, o Ministério Público ofereceu a denúncia. Durante a instrução, José confessou a prática delitiva e ficou comprovado que o crime não se consumou por circunstâncias alheias a sua vontade. O juiz, no momento de fixar a pena, deverá adotar o seguinte critério para diminuir a pena a ser aplicada a José em razão da tentativa:
- (A) A confissão de José perante a autoridade judiciária.
 - (B) A motivação do crime.
 - (C) A culpabilidade de José no momento da execução do crime.
 - (D) O caminho (*iter criminis*) percorrido por José, na execução do crime, até ser interrompido.
 - (E) O comportamento da vítima.
-
2. O Código Penal estabelece que a omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. Sobre a relevância da omissão, o dever de agir incumbe a quem
- I. tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância.
 - II. tenha assumido a responsabilidade de impedir o resultado.
 - III. criou, com seu comportamento anterior, o risco da ocorrência do resultado.
 - IV. impede que o resultado se produza.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) I, II e III.
 - (C) I, II e IV.
 - (D) III e IV.
 - (E) II, III e IV.
-
3. De acordo com o entendimento dos Tribunais Superiores e do que estabelece a Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006)
- (A) nos crimes de tráfico de drogas, a causa de diminuição de pena em razão de ser o agente primário, possuir bons antecedentes e não se dedicar a atividades criminosas nem integrar organização criminosa é ônus do acusado.
 - (B) a condenação pela conduta de trazer drogas consigo, para consumo pessoal, prevista no art. 28, da Lei de Drogas, configura reincidência.
 - (C) o autor da conduta de trazer drogas consigo para consumo pessoal (art. 28, da Lei de Drogas) deve ser encaminhado diretamente ao juiz, que irá lavrar o termo circunstanciado e fará a requisição dos exames e perícias; somente se não houver juiz é que tais providências serão tomadas pela autoridade policial.
 - (D) a majorante do tráfico transnacional de drogas, prevista no art. 40, I, da Lei de Drogas, configura-se com a consumação da transposição de fronteiras.
 - (E) é típica a conduta de importar pequena quantidade de sementes de maconha.
-
4. Maria, em decorrência da prática de crime doloso, foi condenada ao cumprimento de pena privativa de liberdade, substituída por restritiva de direitos em processo em que se deu o trânsito em julgado. Dentre as hipóteses abaixo, são penas de interdição temporária de direitos:
- I. Proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública.
 - II. Limitação de fim de semana.
 - III. Proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exame públicos.
 - IV. Suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) III e IV.
 - (B) I, III e IV.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) I, II e III.
 - (E) I, II e IV.
-
5. Nas ações penais de iniciativa privada, a prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para o querelante ou depois de improvido seu recurso, é calculada pela pena
- (A) aplicada, não podendo ter por termo inicial data anterior à da queixa.
 - (B) liquidada no juízo da execução.
 - (C) aplicada, não podendo ter por termo inicial data anterior à do recebimento da queixa.
 - (D) máxima cominada, não podendo ter por termo inicial data posterior àquela em que o crime se consumou.
 - (E) aplicada, não podendo ter por termo inicial data posterior à da sentença condenatória.



6. A conduta de induzir ou instigar alguém a praticar automutilação tem a pena duplicada se o
- (A) crime é praticado na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima.
 - (B) agente é líder ou coordenador de grupo ou de rede virtual.
 - (C) crime é praticado por motivo egoístico, torpe ou fútil.
 - (D) crime é praticado contra pessoa menor de 14 anos ou maior de 60 anos.
 - (E) crime envolve violência doméstica e familiar.
-
7. Nos crimes contra a honra dos Presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados ou do Supremo Tribunal Federal, as penas cominadas no Código Penal
- (A) aumentam-se de 1/2.
 - (B) aumentam-se de 2/3.
 - (C) aplicam-se em dobro.
 - (D) aplicam-se em triplo.
 - (E) aumentam-se de 1/3.
-
8. Pedro praticou furto mediante fraude cometido por meio de dispositivo informático. Durante a instrução ficou provado que o crime foi praticado mediante a utilização de servidor mantido fora do território nacional. Em relação à pena a ser aplicada, o Ministério Público deverá requerer
- (A) a fixação da pena em razão da prática de furto simples.
 - (B) o aumento da pena em razão da transnacionalidade do crime.
 - (C) a fixação da pena-base acima do mínimo legal em razão da utilização de servidor fora do território nacional.
 - (D) a fixação da pena-base acima do mínimo legal em razão da dupla qualificadora.
 - (E) o aumento da pena do furto qualificado em razão da relevância do resultado gravoso.
-
9. João dá início a loteamento para fins urbanos, sem autorização do órgão público competente. Tomando conhecimento dos fatos, o órgão do Ministério Público deve requisitar a instauração de inquérito policial para apuração inicial de crime contra
- (A) o patrimônio (fraude).
 - (B) a ordem econômica.
 - (C) as relações de consumo.
 - (D) a Administração pública.
 - (E) o patrimônio (estelionato).
-
10. A conduta de vender ingressos de evento esportivo por preço superior ao estampado no bilhete constitui crime
- (A) de induzimento à especulação.
 - (B) contra as relações de consumo.
 - (C) previsto no estatuto do torcedor.
 - (D) de fraude no comércio.
 - (E) de concorrência desleal.

Direito Processual Penal

11. Considere abaixo as causas que impedem o acordo de não persecução penal:
- I. Se for cabível a suspensão condicional da pena, nos termos da lei.
 - II. Se o investigado for reincidente ou se houver elementos probatórios que indiquem conduta criminal habitual, reiterada ou profissional, exceto se insignificantes as infrações penais pretéritas.
 - III. Ter sido o agente beneficiado nos 2 anos anteriores ao cometimento da infração, em acordo de não persecução penal, transação penal ou suspensão condicional do processo.
 - IV. Crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar, ou praticados contra a mulher por razões da condição de sexo feminino.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e III.
 - (B) I e IV.
 - (C) I, II e III.
 - (D) I, III e IV.
 - (E) II e IV.
-
12. O inquérito policial, nos crimes em que a ação pública depender de representação
- (A) não poderá ser arquivado pelo Ministério Público.
 - (B) não poderá ser instaurado sem a queixa.
 - (C) depende da iniciativa do Ministério Público.
 - (D) não poderá sem ela ser iniciado.
 - (E) exige a manifestação prévia do Ministério Público.



13. Márcia, domiciliada na cidade de Caruaru, foi vítima de estelionato mediante transferência de valores em agência de banco privado do município de Maceió, estado de Alagoas. Concluído o inquérito policial e havendo justa causa para a ação penal, a denúncia deverá ser oferecida pelo Órgão do Ministério Público
- (A) estadual de Caruaru.
 - (B) que recebeu a representação da vítima.
 - (C) estadual de Maceió.
 - (D) federal de Caruaru.
 - (E) federal de Maceió.
-
14. A sentença penal condenatória decretou o perdimento das obras de arte, de relevante valor artístico, adquiridas pelo condenado com os proventos do crime e que foram apreendidas no curso da ação penal. Nos termos do Código de Processo Penal, as obras de arte poderão ser destinadas
- (A) a museus públicos.
 - (B) ao fundo de reparação dos interesses difusos e coletivos.
 - (C) às instituições culturais privadas.
 - (D) às repartições públicas interessadas.
 - (E) aos órgãos de segurança pública.
-
15. Nas etapas de rastreamento dos vestígios na cadeia de custódia, considera-se processamento:
- (A) O ato formal de transferência da posse do vestígio com o respectivo protocolo, assinatura e identificação do servidor.
 - (B) O exame pericial em si, manipulação do vestígio de acordo com a metodologia adequada as suas características.
 - (C) O ato de distinguir um elemento como de potencial interesse para produção da prova pericial.
 - (D) A descrição detalhada do vestígio conforme se encontra no local de crime ou no corpo de delito.
 - (E) O procedimento por meio do qual cada vestígio coletado é embalado de forma individualizada.
-
16. Em relação à prisão, antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, é correto afirmar:
- (A) O dia do cumprimento do mandado não é computado no prazo da prisão temporária.
 - (B) Sempre que possível, as pessoas presas provisoriamente ficarão separadas das que já estiverem definitivamente condenadas.
 - (C) Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, se no curso da ação penal, ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.
 - (D) Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.
 - (E) Quando o acusado se recusar a assinar, não souber ou não puder fazê-lo, o auto de prisão em flagrante será assinado por duas testemunhas, que lhe tenham ouvido a leitura na presença do acusado, do condutor e das testemunhas.
-
17. Praticado crime doloso contra a vida na Comarca de Petrolina, o acusado foi pronunciado. Designada data para o julgamento em plenário, surge dúvida sobre a imparcialidade do júri. Em relação ao tema,
- (A) a dúvida sobre a imparcialidade do júri somente poderá ser arguida enquanto não preclusa a decisão de pronúncia.
 - (B) deverá a defesa ou o Ministério Público arguir a suspeição do corpo de jurados e requerer ao presidente do tribunal do júri a transferência do julgamento para outra comarca.
 - (C) é caso de desaforamento a ser apreciado pelo Tribunal de Justiça e o relator, sendo relevantes os motivos, poderá suspender o julgamento do júri.
 - (D) o conselho de sentença deverá ser rejeitado pela acusação ou defesa e o presidente do tribunal do júri deverá convocar outros jurados da lista.
 - (E) o Tribunal de Justiça poderá apreciar a exceção de suspeição ou impedimento e designar tribunal do júri, da mesma região, para proceder ao julgamento do pronunciado.
-
18. Nos termos da Lei Federal nº 9.807/1999, cada programa de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas será dirigido por um conselho deliberativo em cuja composição haverá representantes
- (A) somente do Poder Executivo relacionados com a segurança pública e a defesa dos direitos humanos.
 - (B) do Poder Judiciário, da Polícia Judiciária e de órgãos públicos relacionados com a segurança pública e defesa dos direitos humanos.
 - (C) do Ministério Público, do Ministério da Justiça, da Defensoria Pública e de organizações não governamentais relacionadas com a defesa dos direitos humanos.
 - (D) somente de órgãos públicos e organizações não governamentais relacionados com a segurança pública e a defesa dos direitos humanos.
 - (E) do Ministério Público, do Poder Judiciário e de órgãos públicos e privados relacionados com a segurança pública e a defesa dos direitos humanos.



19. Quando o interrogando não falar a língua nacional, o interrogatório será feito por meio de intérprete. Para os fins do processo penal, o intérprete é equiparado aos
- (A) oficiais de justiça.
 - (B) funcionários da justiça.
 - (C) peritos.
 - (D) assistentes.
 - (E) colaboradores *ad hoc*.
-
20. O Código de Processo Penal estabelece que os órgãos do Ministério Público não funcionarão nos processos em que o juiz ou qualquer das partes for seu cônjuge, ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive. A regra processual prevê, em relação ao Ministério Público, causas de
- (A) ilegitimidade.
 - (B) litigância de má-fé.
 - (C) suspeição.
 - (D) falta funcional.
 - (E) impedimento.

Direito da Execução Penal

21. Sobre o regime disciplinar diferenciado, considere:
- I. Duração máxima de trezentos e sessenta dias, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie, até o limite de um sexto da pena aplicada.
 - II. Visitas quinzenais, de 2 pessoas por vez, a serem realizadas em instalações equipadas para impedir o contato físico e a passagem de objetos, por pessoa da família ou, no caso de terceiro, autorizado judicialmente, com duração de 2 horas.
 - III. Entrevistas sempre monitoradas, exceto aquelas com seu defensor, em instalações equipadas para impedir o contato físico e a passagem de objetos, salvo expressa autorização judicial em contrário.
 - IV. Direito do preso à saída da cela por 2 horas diárias para banho de sol, em grupos de até 2 presos, desde que não haja contato com presos do mesmo grupo criminoso.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
 - (B) I e IV.
 - (C) I, II e III.
 - (D) III e IV.
 - (E) I, II e IV.
-
22. Após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória e expedição da guia de recolhimento para a execução, o cumprimento da pena privativa de liberdade é iniciado pelo apenado primário que praticou o crime com grave ameaça à vítima. Para fins de progressão para o regime menos rigoroso, o executado deverá ter cumprido ao menos
- (A) 30% da pena.
 - (B) 20% da pena.
 - (C) 40% da pena.
 - (D) 16% da pena.
 - (E) 25% da pena.
-
23. Nos termos da Lei nº 7.210/1984, os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal. Nos estabelecimentos destinados ao cumprimento da pena privativa de liberdade, a Comissão Técnica de Classificação será presidida pelo diretor e composta, no mínimo, por
- (A) 1 psiquiatra, 1 psicólogo e 1 assistente social.
 - (B) 2 chefes de serviço, 1 psiquiatra, 1 psicólogo e 1 assistente social.
 - (C) 1 chefe de serviço, 1 psiquiatra, 1 psicólogo e 1 assistente social.
 - (D) 1 chefe de serviço, 1 psiquiatra, 1 psicólogo e 2 assistentes sociais.
 - (E) 1 psiquiatra, 1 psicólogo e 2 assistentes sociais.

24. Quando, no curso da execução da pena privativa de liberdade, sobrevier doença mental ou perturbação da saúde mental no preso, o incidente visando a substituição da pena por medida de segurança poderá ser instaurado
- (A) até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, sob pena de violação do princípio da coisa julgada.
 - (B) a requerimento do Ministério Público ou da Defensoria Pública, não podendo o Juiz agir de ofício, sob pena de ofensa ao princípio do contraditório.
 - (C) mediante requisição do Ministério Público, requerimento da Defensoria Pública ou da autoridade administrativa, após ouvido o Conselho Penitenciário.
 - (D) pelo Juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público, da Defensoria Pública ou da autoridade administrativa.
 - (E) a requerimento da autoridade administrativa, mediante proposta da equipe multidisciplinar ou do Conselho Penitenciário.

**Medicina Legal**

25. Considerando a traumatologia médico-legal:

- I. Esgorjamento, degola e decapitação são lesões localizadas no pescoço da vítima.
- II. As equimoses não são encontradas no cadáver em lesões produzidas após a morte.
- III. A desidratação é o quadro clínico provocado pela perda de água do organismo, podendo ocorrer somente pela via cutânea ou em razão da sudorese intensa.
- IV. Fica afastada a hipótese de suicídio quando a asfixia for por esganadura.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) I e II.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) I, II e III.

26. No estudo médico-legal do morto,

- (A) no exame médico-legal, a premoriência e a comoriência são fenômenos irrelevantes.
- (B) os fenômenos cadavéricos abióticos imediatos são sinais de certeza para afirmar a ocorrência de morte.
- (C) a observação da fauna cadavérica é importante para a determinação da cronologia da morte.
- (D) os casos de espasmo cadavérico somente têm valia para a perícia na fase hipocrática.
- (E) a maceração é um fenômeno transformativo encontrado na mumificação natural.

GRUPO TEMÁTICO II**Direito Civil**

27. O ordenamento jurídico brasileiro, no tocante aos filhos, presume como concebidos na constância do casamento os

- (A) nascidos nos 360 dias subsequentes à nulidade do casamento.
- (B) havidos por inseminação artificial heteróloga, desde que tenha prévia autorização do marido.
- (C) nascidos nos 300 dias, pelo menos, depois de estabelecida a convivência conjugal.
- (D) nascidos nos 360 dias subsequentes à morte do marido.
- (E) reconhecidos por escritura pública, até 180 dias depois de estabelecida a convivência conjugal.

28. A proteção legal conferida pelo ordenamento jurídico ao nome, assim entendido o prenome e os apelidos de família, estabelece, como regra, sua imutabilidade. Contudo, é admitida a alteração do nome:

- I. Em caso de erros de grafia ocorridos no momento da lavratura do assento de nascimento.
- II. Se o prenome causar a seu detentor situação vexatória, expondo-o ao ridículo.
- III. No primeiro ano após a aquisição da maioridade civil, admitida, nesse caso, a mudança do nome de família.

Está correto o que se afirma em

- (A) III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e III, apenas.

29. Segundo o Código Civil, não corre a prescrição

- (A) contra os cônjuges, na constância da sociedade conjugal, exceto, se casados no regime de separação de bens.
- (B) entre ascendentes e descendentes durante o poder familiar.
- (C) contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas em tempo de guerra ou paz.
- (D) pendendo condição resolutiva.
- (E) contra os ausentes do país.



30. De acordo com o que disciplina o ordenamento jurídico em relação à vigência de lei brasileira, considere as assertivas abaixo:

- I. Constitui regra obrigatória que a vigência de lei brasileira se inicia com a sanção.
- II. Não há vedação para que lei brasileira, em seu texto, estabeleça sua vigência imediata.
- III. A lei brasileira, em regra, terá efeito imediato e geral no território nacional, após 45 dias da sua publicação oficial.
- IV. A lei brasileira, em regra, terá efeito imediato e geral nos estados estrangeiros, após 60 dias da sua publicação oficial.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I e IV.
- (C) I e II.
- (D) III e IV.
- (E) I e III.

31. A respeito da emancipação e das normas que estabelecem a aquisição da plena capacidade civil, considere as assertivas abaixo:

- I. A emancipação feita em documento escrito e assinado por quem for detentor da guarda é válida, se o emancipado tiver entre 12 e 15 anos incompletos.
- II. A emancipação feita por ambos os pais, ao filho com idade de 18 anos incompletos, exige instrumento público.
- III. A emancipação feita por tutor em relação ao tutelado depende de decisão judicial.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I.
- (C) II.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

32. Com base no disposto no ordenamento jurídico a respeito das pessoas jurídicas de direito privado, considere as assertivas abaixo:

- I. A existência legal e a personalidade da pessoa jurídica se iniciam com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro.
- II. O registro do ato constitutivo deverá, dentre outros elementos, indicar a forma da administração e quem a representa, judicial ou extrajudicialmente.
- III. A falta de menção no registro, se o ato constitutivo é ou não reformável, não constitui vício ou irregularidade, tampouco inviabiliza o funcionamento da pessoa jurídica.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I.
- (C) II.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

33. São efeitos da morte da pessoa natural:

- (A) a emancipação tácita dos herdeiros e sucessores menores.
- (B) extinção do poder familiar e a dissolução da sociedade conjugal.
- (C) extinção da associação a que pertencia a pessoa falecida e abertura de sucessão provisória.
- (D) dissolução da associação a que pertencia a pessoa falecida e a extinção do poder familiar.
- (E) abertura de sucessão provisória e a extinção da sociedade conjugal.

34. Considere as assertivas abaixo com relação às fundações, formas de sua constituição, extinção e as atribuições conferidas ao Ministério Público:

- I. A fundação adquire personalidade jurídica com o registro de seu estatuto.
- II. Nas situações estabelecidas em lei para criação de uma fundação, há previsão legal de que o Ministério Público poderá redigir o estatuto, em certos casos.
- III. O Ministério Público, nas hipóteses especificadas em lei, detém atribuição exclusiva para requerer a extinção de fundação.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) III.



35. Com relação às disposições gerais aplicáveis em tema de direitos sucessórios, e ao momento da transferência da propriedade dos bens deixados por pessoa falecida, é correto afirmar que os bens se transferem aos herdeiros ou sucessores
- (A) na oportunidade da decisão que homologa a partilha.
 - (B) quando da apresentação do formal de partilha ao Oficial do Registro Imobiliário.
 - (C) na abertura do inventário judicial ou do arrolamento dos bens.
 - (D) no momento em que o formal de partilha ingressa ao Registro Imobiliário, mediante lançamento feito nas matrículas de cada imóvel.
 - (E) no momento da morte.
-
36. As modalidades ordinárias de testamento previstas em nosso ordenamento jurídico são:
- (A) testamento conjuntivo, místico e eletrônico.
 - (B) testamento particular e público.
 - (C) testamento ordinário, particular e público.
 - (D) testamento particular, público e cerrado.
 - (E) testamento eletrônico, público e particular.

Direito Empresarial

37. Na recuperação judicial, compete ao administrador judicial:
- (A) Arrecadar os bens e documentos do devedor e elaborar o auto de arrecadação.
 - (B) Fiscalizar as atividades do devedor e o cumprimento do plano de recuperação judicial.
 - (C) Avisar, pelo órgão oficial, o lugar e hora em que, diariamente, os credores terão à sua disposição os livros e documentos do devedor.
 - (D) Examinar a escrituração do devedor.
 - (E) Assumir a representação judicial e extrajudicial do devedor.
-
38. A respeito da massa falida:
- (A) É representada pelo Comitê de Credores, se impedido estiver o administrador judicial.
 - (B) Constitui-se da universalidade dos bens e direitos do empresário ou da sociedade empresária falida, arrecadados pelo administrador judicial, e que recebem tratamento jurídico diferenciado do qual decorre sua personalidade jurídica.
 - (C) É representada pelo administrador judicial, que pode ajuizar as medidas judiciais necessárias em favor dela, defendê-las nas contrárias e dar prosseguimento aos negócios do devedor falido, se assim o autorizar o juízo da falência.
 - (D) Por ficção legal, é pessoa jurídica transitória, que tem como patrimônio os bens, ações, obrigações, créditos, débitos e direitos do empresário ou da sociedade empresária, cuja falência tenha sido decretada.
 - (E) É representada pela Assembleia Geral de Credores.

Direito Processual Civil

39. Com relação à prática eletrônica de atos processuais, considere as assertivas abaixo:
- I. Compete exclusivamente ao Conselho Nacional de Justiça a regulamentação da prática e a comunicação oficial de atos processuais por meio eletrônico e, também, velar pela compatibilidade dos sistemas.
 - II. Compete ao Conselho Nacional de Justiça, aos Tribunais e a cada Estado, a regulamentação da prática e a comunicação oficial de atos processuais por meio eletrônico, bem como velar pela compatibilidade dos sistemas.
 - III. Compete a cada unidade do Poder Judiciário assegurar às pessoas com deficiência o acesso gratuito aos seus sítios na rede mundial de computadores, ao meio eletrônico de prática dos atos judiciais, à comunicação eletrônica dos atos processuais e à assinatura eletrônica.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e III.
 - (B) I.
 - (C) II.
 - (D) III.
 - (E) I e II.



40. A respeito da desconsideração da personalidade jurídica:
- (A) Instaurado o incidente, será dispensada a citação do sócio ou da pessoa jurídica.
 - (B) O requerimento pode ser formulado na petição inicial ou na forma de incidente.
 - (C) Se tratando de incidente, será instaurado pelo juiz, de ofício, ou se houver pedido do credor.
 - (D) O Ministério Público atuará no incidente na condição de fiscal da ordem jurídica, seja qual for a natureza do processo principal.
 - (E) O incidente somente é admitido no cumprimento da sentença e na execução fundada em título extrajudicial.
-
41. No tocante aos prazos para a prática de atos processuais, estabelecidos pelo CPC:
- (A) Será aplicado o cômputo de dias contínuos se não houver feriado.
 - (B) Na contagem de prazo em dias, estabelecido em lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis.
 - (C) O cômputo em dias úteis se aplica aos prazos convencionados em acordo ou transação firmado entre as partes processuais.
 - (D) Na contagem de prazo em dias, estabelecido em lei ou pelo juiz, computar-se-ão os dias de forma contínua.
 - (E) Na contagem do prazo computar-se-á o dia do começo, se for dia útil.
-
42. A respeito de demandas repetitivas e o que disciplina o CPC, quanto ao julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos, é INCORRETO:
- (A) A atuação ou intervenção do Ministério Público no incidente de resolução de demandas repetitivas não está atrelada à natureza da lide ou às partes nela envolvidas.
 - (B) O Ministério Público tem atuação obrigatória no incidente de resolução de demandas repetitivas e, se o incidente não tiver sido instaurado a seu requerimento, deverá assumir a titularidade se houver desistência ou abandono da parte que o requereu.
 - (C) Situa-se no âmbito da competência do presidente ou vice-presidente do Tribunal a determinação da suspensão do trâmite de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que tramitem no Estado ou na região, conforme o caso.
 - (D) O interessado poderá requerer, ao presidente ou vice-presidente, que exclua da decisão do sobrestamento e inadmita o recurso especial ou extraordinário, em se tratando de recurso intempestivo.
 - (E) Sempre que houver multiplicidade de recursos extraordinários ou especiais com fundamentação em idêntica questão de direito caberá ao presidente da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça de cada Estado selecionar 2 (dois) ou mais recursos representativos da controvérsia, os quais serão encaminhados ao Supremo Tribunal Federal ou ao Superior Tribunal de Justiça para fins de afetação.
-
43. Sobre o Ministério Público e os limites legais estabelecidos para sua atuação, é correto afirmar:
- (A) O Ministério Público só tem legitimidade para interposição de recurso se figurar como autor da ação.
 - (B) O Ministério Público atuará na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses e direitos sociais e individuais indisponíveis.
 - (C) A presença, como parte ou interveniente da Fazenda Pública, torna obrigatória a atuação do Ministério Público.
 - (D) É obrigatória a intervenção do Ministério Público em processos em que figure, no polo ativo ou passivo, pessoa capaz.
 - (E) O Ministério Público gozará de prazo em quádruplo para lançar manifestação nos autos.
-
44. Paulo ajuizou ação de alimentos em face de João, seu pai. Nos autos da ação de alimentos, por sentença transitada em julgado, ficou reconhecida a obrigação de João de prestar alimentos a Paulo, no valor mensal de um salário mínimo. Paulo está há 6 meses sem receber alimentos do pai. Paulo pode requerer
- (A) o protesto do pronunciamento judicial e, sucessivamente, a prisão de João.
 - (B) o cumprimento da sentença e em seu bojo somente o protesto do pronunciamento judicial.
 - (C) o cumprimento da sentença e em seu bojo somente o decreto de prisão do pai.
 - (D) a cobrança do débito alimentar, porém não poderá ser superior a três prestações anteriores ao ajuizamento da execução.
 - (E) a prisão do pai, e, concomitantemente, a penhora para a satisfação do crédito alimentar.



45. Considere as assertivas abaixo a respeito do julgamento parcial do mérito:
- I. A sistemática processual brasileira admite o julgamento parcial do mérito, observados um ou mais pedidos formulados ou parcela deles.
 - II. Se o juiz proferir julgamento parcial do mérito, nos termos da legislação processual em vigor, a parte insatisfeita poderá manejar agravo de instrumento.
 - III. Proferido julgamento parcial do mérito, a parte poderá liquidar ou executar a respectiva decisão, sem obrigatoriedade da prestação de caução, mesmo que tenha sido interposto recurso pela parte contrária.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

46. Considere que Antônio tem 80 anos de idade, apresenta demência senil e estava abrigado em entidade de idosos, da qual fugiu em razão de descuido por parte de funcionário da entidade. Antônio saiu vagando pelas ruas e adentrou ao Fórum de Comarca vizinha onde está situada a entidade que o abrigava. Lá comparecendo, relatou seu nome – Antônio Pinto da Silva – diante do Promotor de Justiça, sobre o qual também recaem as funções inerentes à Promotoria do Idoso. A conduta que esse Promotor de Justiça deverá empreender é:

- (A) Encaminhar o idoso à Defensoria Pública, visto que não detectou que a situação fática envolva direitos coletivos.
- (B) Ajuizar ação de internação, requerendo a nomeação de curador provisório dativo, de forma urgente, prioritária e imediata.
- (C) Requisição ao setor de Assistência Social do Fórum para que tome as providências cabíveis, o único órgão competente para tanto.
- (D) Instauração de procedimento administrativo, com fundamento nas suas atribuições, adotando as medidas necessárias à proteção dos direitos de Antônio.
- (E) Requisitar ao Delegado de Polícia que identifique o idoso, mantendo-o, enquanto não for conhecida sua identidade, sob sua custódia.

47. Considere a sistemática processual no que tange às ações de família e às funções institucionais conferidas ao Ministério Público:

- I. O Ministério Público sempre intervirá quando houver interesse de incapaz, sendo ele parte ou não no processo.
- II. O Ministério Público intervirá nos processos contenciosos, existindo ou não interesse de incapaz.
- III. O Ministério Público, a despeito de não figurar incapaz em um dos polos da ação, intervirá se houver como parte vítima de violência doméstica e familiar.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III.
- (B) I.
- (C) I e II.
- (D) II.
- (E) I e III.

48. A respeito da capacidade processual, personalidade jurídica e capacidade postulatória, considere as assertivas abaixo:

- I. Toda pessoa que se encontre no exercício pleno de seus direitos tem capacidade de assumir a posição processual de autor ou réu.
- II. Verificada a incapacidade processual do autor, o juiz imediatamente julgará o processo extinto.
- III. O legislador não confere personalidade jurídica ao espólio de pessoa falecida, a despeito de se reconhecer que tenha capacidade de figurar no polo ativo ou passivo de processo judicial.
- IV. O ordenamento jurídico confere a capacidade postulatória apenas ao advogado, desde que regularmente inscrito na OAB.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) III e IV.
- (E) I, II e III.

**GRUPO TEMÁTICO III****Direito Constitucional**

49. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca da disciplina constitucional dos direitos e garantias fundamentais,
- (A) é constitucional a previsão legal de reserva aos negros de um percentual de vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da Administração pública federal, excluídas as Forças Armadas.
 - (B) é juridicamente possível a realização de exame de DNA contra a vontade do réu em ação de investigação de paternidade, não constituindo violação à dignidade humana, nessas circunstâncias, a obtenção de fios de cabelo ou extração de poucas gotas de sangue do investigado.
 - (C) para a caracterização do trabalho escravo faz-se necessário o cerceamento de liberdade física e de locomoção, adicionados ao fato de que o trabalhador deva ser tratado como coisa e não como pessoa humana, o que pode ser feito pela violação intensa e persistente de seus direitos básicos.
 - (D) a garantia de salário mínimo prevista na Constituição não se aplica à remuneração do trabalho dos presos.
 - (E) é constitucional a proibição de doação de sangue por homens que tiveram relações sexuais com outros homens nos 12 meses anteriores à doação.
-
50. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca da disciplina constitucional dos direitos e garantias fundamentais,
- (A) a previsão em lei da obrigatoriedade de manutenção de exemplares de Bíblias em escolas e bibliotecas públicas estaduais é compatível com a liberdade de consciência e de crença, bem como com a facultatividade do ensino religioso nas escolas públicas, não havendo que se falar em violação aos princípios da laicidade estatal e da isonomia.
 - (B) é inconstitucional a imposição de limites à realização de atividades religiosas presenciais e coletivas como medida de prevenção ao avanço da pandemia de Covid-19, por ferir a garantia do livre exercício dos cultos religiosos e a proteção aos locais de culto e suas liturgias.
 - (C) para satisfazer o dever constitucional de aviso prévio relativamente ao direito de reunião, não basta a veiculação de informação que permita ao poder público zelar para que seu exercício se dê de forma pacífica ou para que não frustre outra reunião no mesmo local, sendo necessária a comunicação formal e registrada de tal ato à autoridade competente.
 - (D) a tese da legítima defesa da honra é constitucional, diante da inviolabilidade do direito à honra e das garantias do contraditório e da ampla defesa, não implicando contrariedade aos princípios da igualdade de gênero, de proteção à vida e da dignidade da pessoa humana.
 - (E) a noção de um direito ao esquecimento é incompatível com a Constituição, devendo eventuais excessos ou abusos no exercício da liberdade de expressão e de informação ser analisados caso a caso, diante dos parâmetros constitucionais e das expressas e específicas previsões legais cíveis e penais pertinentes.
-
51. Considere as seguintes situações sob a ótica da configuração constitucional dos entes da federação brasileira e de suas relações:
- I. Estados, Distrito Federal e Municípios podem decretar a requisição administrativa de bens e serviços como medida de enfrentamento à pandemia de Covid-19, independentemente de autorização prévia do Ministério da Saúde, sob pena de invasão, pela União, das competências comuns que são atribuídas aos entes federados na seara da saúde.
 - II. Os Estados-membros da federação, no exercício da competência outorgada pela Constituição Federal, não podem afastar a legitimidade ativa do Chefe do Ministério Público estadual para propositura de ação direta de inconstitucionalidade de lei municipal em face da Constituição estadual perante o Tribunal de Justiça local.
 - III. Não se justifica decreto de intervenção federal por não pagamento de precatório judicial, quando o fato não se deva a omissão voluntária e intencional do ente federado, mas à insuficiência temporária de recursos financeiros.
 - IV. Não ocorre a perda de objeto do pedido de intervenção federal quando há o cumprimento da decisão judicial que lhe deu causa.
- De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal na matéria, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e IV.
 - (B) I, II e III.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) I, II e IV.
 - (E) I e III.



52. À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do que estabelece a Constituição Federal sobre a repartição de competências entre os entes da federação,
- (A) é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios organizar e fiscalizar a proteção e o tratamento de dados pessoais, nos termos da lei.
 - (B) o Estado não pode proceder à imunização forçada do indivíduo e, tampouco, impor aos cidadãos que recusem a vacinação medidas restritivas, tais como multa, impedimento de frequentar determinados lugares, fazer matrícula em escola, por configurarem medidas indiretas de vacinação compulsória.
 - (C) a competência da União para legislar exclusivamente sobre sistemas de consórcios e sorteios, inclusive loterias, obsta a competência material para a exploração dessas atividades pelos entes estaduais ou municipais, bem como a competência regulamentar dessa exploração.
 - (D) lei municipal que proíba a divulgação de material com referência a ideologia de gênero nas escolas municipais viola a competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional.
 - (E) compete privativamente à União legislar sobre direito tributário, financeiro, econômico e urbanístico.
-
53. Nos termos da Constituição Federal, é da competência exclusiva do Congresso Nacional
- (A) fixar o subsídio de Deputados Federais e Senadores e, com a sanção do Presidente da República, os subsídios do Presidente e Vice-Presidente da República e dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
 - (B) julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.
 - (C) processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.
 - (D) processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.
 - (E) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não lhe forem apresentadas dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
-
54. De acordo com a Constituição Federal e o entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, em matérias atinentes à disciplina constitucional de órgãos e competências do Ministério Público,
- (A) é competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal processar e julgar todas as ações contra decisões do Conselho Nacional do Ministério Público proferidas no exercício de suas competências constitucionais.
 - (B) lei complementar estadual, de iniciativa do Procurador-Geral de Justiça do Estado, pode instituir gratificação para os membros do Ministério Público, em função de serviço prestado à Justiça Eleitoral, a ser paga com dotações próprias do Tribunal Regional Eleitoral no Estado.
 - (C) o Ministério Público não tem legitimidade para propositura de ação civil pública em defesa de direitos sociais relacionados ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), por se tratar de direitos divisíveis, disponíveis e com titulares determinados, não abrangidos por seu âmbito de atuação institucional.
 - (D) compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe rever, somente mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de dois anos.
 - (E) compete ao Procurador-Geral da República, na qualidade de chefe do Ministério Público da União, conhecer e resolver os conflitos de atribuições entre membros de ramos diferentes do Ministério Público.
-
55. De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal e do que estabelece a Constituição Federal sobre a ordem econômica e financeira,
- (A) a cota de tela, que é a obrigatoriedade de exibição de filmes nacionais nos cinemas brasileiros, conflita com os direitos à livre iniciativa, à livre concorrência e à liberdade privada.
 - (B) tendo em vista a supremacia do interesse público sobre o privado, as empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos ao setor privado.
 - (C) a proibição ou restrição da atividade de transporte privado individual por motorista cadastrado em aplicativo é constitucional, não havendo que falar em violação aos princípios da livre iniciativa e da livre concorrência.
 - (D) é assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, mediante autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.
 - (E) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.



56. Em conformidade com a disciplina da Organização do Estado na Constituição Federal,
- (A) o Distrito Federal é a Capital Federal.
 - (B) a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
 - (C) os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei ordinária.
 - (D) os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Senado Federal, mediante Resolução.
 - (E) é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ainda que na forma de colaboração de interesse público.
-
57. De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal e do que estabelece a Constituição Federal sobre o meio ambiente, bem como em relação à repartição de competências entre os entes da federação na matéria,
- (A) as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, exclusivamente pessoas físicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
 - (B) a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, o Cerrado, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona da Mata são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos.
 - (C) para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao Poder Público definir, em todas as unidades da federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.
 - (D) a simples revogação de normas operacionais que trazem parâmetros para o cumprimento da legislação ambiental, sem que haja sua substituição ou atualização, não viola preceitos constitucionais e estabelecidos em compromissos internacionais.
 - (E) é constitucional norma estadual que prevê hipóteses de dispensa e simplificação do licenciamento ambiental para atividades de mineração, por se tratar de matéria de competência legislativa concorrente e administrativa comum a União, Estados e Municípios.
-
58. De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal e do que estabelece a Constituição Federal sobre a educação e cultura, bem como em relação à repartição de competência dos entes públicos da federação na matéria:
- (A) A escolha do dirigente máximo de Universidades públicas pelo Chefe do Poder Executivo, a partir de lista tripla, com atribuições eminentemente executivas, prejudica e perturba o exercício da autonomia universitária, significando ato de fiscalização e interferência na escolha ou execução de políticas próprias da instituição.
 - (B) Lei estadual pode fixar critério etário para o ingresso no Ensino Fundamental diferente daquele estabelecido em lei federal e regulamentado pelo Ministério da Educação.
 - (C) O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional, e a lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.
 - (D) Lei estadual pode estabelecer a redução obrigatória e proporcional das mensalidades da rede particular de ensino, no âmbito do Estado durante a vigência de medidas restritivas de caráter temporário para enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus.
 - (E) Lei Complementar estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração anual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público.

Direito Tributário

59. Nos termos da Constituição Federal, sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios,
- (A) instituir impostos sobre fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.
 - (B) instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, exceto suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.
 - (C) instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, sendo permitida, contudo, distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida.
 - (D) exigir ou aumentar tributo sem lei complementar que o estabeleça.
 - (E) instituir impostos sobre livros, jornais, periódicos, exceto o papel destinado à sua impressão.



60. À luz da disciplina constitucional dos princípios gerais do poder de tributar:
- (A) Estados, Municípios e Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública, facultada sua cobrança na fatura de consumo de energia elétrica.
 - (B) Somente a União poderá instituir contribuições para custeio de regime próprio de previdência social, cobradas dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas, que poderão ter alíquotas progressivas de acordo com o valor da base de contribuição ou dos proventos de aposentadoria e de pensões.
 - (C) A União, mediante medida provisória, poderá instituir empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.
 - (D) Compete exclusivamente aos Estados Federados instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas.
 - (E) Quando houver déficit atuarial, a contribuição ordinária dos aposentados e pensionistas poderá incidir sobre o valor dos proventos de aposentadoria e de pensões que supere o salário mínimo.
-
61. De acordo com o que prevê expressamente o Código Tributário Nacional, extinguem o crédito tributário
- (A) a conversão do depósito em renda, a remissão, a moratória e o parcelamento.
 - (B) a novação, a confusão, a isenção e a anistia.
 - (C) a isenção, a anistia, a consignação em pagamento e a compensação.
 - (D) o pagamento, a decadência, a prescrição e a transação.
 - (E) a imunidade, a isenção, a anistia e a decisão judicial passada em julgado.
-

Direito Administrativo

62. De acordo com o previsto na Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021), considere as assertivas abaixo.
- I. Diálogo competitivo é uma modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos.
 - II. Sistema de registro de preços é o conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão, leilão ou credenciamento, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras.
 - III. Ata de registro de preços é o documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação, no aviso ou instrumento de contratação direta e nas propostas apresentadas.
 - IV. Leilão é a modalidade de licitação para alienação de bens móveis ou de bens imóveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance.
 - V. Concurso é o processo administrativo de chamamento público em que a Administração pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e III.
 - (B) II e IV.
 - (C) I e III.
 - (D) III e V.
 - (E) I e IV.
-

63. Sobre os atos administrativos em espécie:
- (A) Visto é o ato unilateral e vinculado pelo qual a Administração pública reconhece a legalidade de um ato jurídico administrativo.
 - (B) Admissão é o ato bilateral e vinculado pelo qual a Administração pública reconhece ao particular, que preencha os requisitos legais, o direito a prestação de um serviço público.
 - (C) Homologação é o ato pelo qual os órgãos consultivos da Administração pública emitem opinião sobre assuntos técnicos ou jurídicos de sua competência.
 - (D) Aprovação é um ato bilateral e vinculado pelo qual se exerce o controle *a priori* ou *a posteriori* do ato administrativo.
 - (E) Licença é o ato administrativo unilateral e vinculado pelo qual a Administração pública faculta àquele que preencha os requisitos legais o exercício de uma atividade.
-



64. Sobre o processo administrativo disciplinar:
- (A) A Súmula Vinculante 14, do STF, que dispõe que é direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova, por analogia, é plenamente aplicável nos casos de sindicância, que objetiva elucidar o cometimento de infrações administrativas.
 - (B) Desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância, é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, em face do poder-dever de autotutela imposto à Administração.
 - (C) A portaria de instauração do processo administrativo disciplinar exige a exposição detalhada dos fatos a serem apurados.
 - (D) É obrigatória a intimação do interessado para apresentar alegações finais após o relatório final de processo administrativo disciplinar.
 - (E) O excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar sempre causa nulidade, prescindindo da demonstração de prejuízo à defesa.
-
65. Acerca dos poderes administrativos:
- (A) O poder regulamentar é uma prerrogativa concedida pela Constituição Federal exclusivamente ao chefe do Poder Executivo Federal, não se estendendo aos Governadores e aos Prefeitos.
 - (B) A autoexecutoriedade, um dos atributos do poder de polícia, existe em toda e qualquer medida de polícia, possibilitando que a Administração pública, com seus próprios meios, execute as suas decisões, sem necessitar recorrer previamente ao Poder Judiciário.
 - (C) É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.
 - (D) A multa, como sanção resultante do exercício do poder de polícia pela Administração pública, goza do atributo da autoexecutoriedade.
 - (E) Poder hierárquico é o que cabe à Administração pública para apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa.
-
66. Acerca da desapropriação,
- (A) é possível a desistência da desapropriação, a qualquer tempo, mesmo após o trânsito em julgado, desde que ainda não tenha havido o pagamento integral do preço e o imóvel possa ser devolvido sem alteração substancial que impeça que seja utilizado como antes.
 - (B) a desapropriação rural se dá para fins de reforma agrária do imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social. A competência é dos Estados e dos Municípios e a prévia e justa indenização será em títulos da dívida pública, previamente aprovada pelo Senado Federal, resgatáveis no prazo de até dez anos, a partir do segundo ano de sua emissão.
 - (C) o ente desapropriante responde por tributos incidentes sobre o imóvel desapropriado ainda que o período de ocorrência dos fatos geradores seja anterior ao ato de aquisição originária da propriedade.
 - (D) o Supremo Tribunal Federal possui o entendimento no sentido de que os juros compensatórios são devidos, na desapropriação direta e indireta, no percentual de 6% ao ano, mesmo sendo o imóvel improdutivo.
 - (E) são suscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra, bem como a propriedade produtiva.
-
67. De acordo com o previsto na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, alterada pela Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021), considere as assertivas abaixo.
- I. É vedada a decretação de indisponibilidade do bem de família do réu, ainda que comprovado que o imóvel seja fruto de vantagem patrimonial indevida.
 - II. O valor da indisponibilidade considerará a estimativa de dano indicada na petição inicial, permitida a sua substituição por caução idônea, por fiança bancária ou por seguro-garantia judicial, a requerimento do réu, bem como a sua readequação durante a instrução do processo.
 - III. A ordem de indisponibilidade de bens deverá priorizar veículos de via terrestre, bens imóveis, bens móveis em geral, semoventes, navios e aeronaves, ações e quotas de sociedades simples e empresárias, pedras e metais preciosos e, apenas na inexistência desses, o bloqueio de contas bancárias, de forma a garantir a subsistência do acusado e a manutenção da atividade empresária ao longo do processo.
 - IV. Se houver mais de um réu na ação, a somatória dos valores declarados indisponíveis poderá superar o montante indicado na petição inicial como dano ao erário ou como enriquecimento ilícito.
 - V. A indisponibilidade recairá sobre bens que assegurem exclusivamente o integral ressarcimento do dano ao erário, sem incidir sobre os valores a serem eventualmente aplicados a título de multa civil ou sobre acréscimo patrimonial decorrente de atividade lícita.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, IV e V.
 - (B) II, III e V.
 - (C) I, III e IV.
 - (D) I, II e V.
 - (E) II, III e IV.



68. Quanto à responsabilidade civil do Estado:
- (A) O Estado responde, subjetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros. O Estado possui responsabilidade civil indireta, secundária e subjetiva pelos danos que notários e oficiais de registro, no exercício de serviço público por delegação, causem a terceiros.
 - (B) Prescrevem em 20 anos as ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de atos de perseguição política com violação de direitos fundamentais ocorridos durante o regime militar.
 - (C) É subjetiva a Responsabilidade Civil do Estado em relação a profissional da imprensa ferido por agentes policiais durante cobertura jornalística, em manifestações em que haja tumulto ou conflitos entre policiais e manifestantes.
 - (D) O Estado responde solidariamente por danos materiais causados a candidatos em concurso público organizado por pessoa jurídica de direito privado, quando os exames são cancelados por indícios de fraude ou força maior.
 - (E) Não se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, quando não demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.

Direito Eleitoral

69. De acordo com o entendimento sumulado do Tribunal Superior Eleitoral, acerca dos meios de impugnação das decisões no âmbito da Justiça Eleitoral:
- (A) É inadmissível o recurso especial eleitoral quando a questão suscitada não foi debatida na decisão recorrida e não foi objeto de embargos de declaração.
 - (B) É cabível recurso especial eleitoral contra acórdão que decide sobre pedido de medida liminar.
 - (C) Compete ao Tribunal Superior Eleitoral processar e julgar mandado de segurança contra ato de membro de Tribunal Regional Eleitoral.
 - (D) É cabível a interposição de recurso especial eleitoral para simples reexame do conjunto fático-probatório.
 - (E) É dispensável o esgotamento das instâncias ordinárias para a interposição de recurso especial eleitoral.
70. De acordo com o Código Eleitoral, compete
- (A) aos juízes e juntas eleitorais julgar os recursos interpostos das decisões dos próprios juízes eleitorais que concederem ou denegarem *habeas corpus* ou mandado de segurança.
 - (B) privativamente ao Tribunal Superior Eleitoral autorizar, no Distrito Federal e nas capitais dos Estados, ao seu presidente e, no interior, aos juízes eleitorais, a requisição de funcionários federais, estaduais ou municipais para auxiliarem os escrivães eleitorais, quando o exigir o acúmulo ocasional do serviço.
 - (C) aos juízes e juntas eleitorais responder, sobre matéria eleitoral, as consultas que lhes forem feitas, em tese, por autoridade pública ou partido político.
 - (D) privativamente, aos Tribunais Regionais Eleitorais, fixar a data das eleições de governador e vice-governador, deputados estaduais, prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e juízes de paz, quando não determinada por disposição constitucional ou legal.
 - (E) privativamente, aos Tribunais Regionais Eleitorais, aprovar a divisão dos estados em zonas eleitorais ou a criação de novas zonas.
71. De acordo com o que dispõe a Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997) e a jurisprudência sobre o tema, NÃO caracteriza propaganda eleitoral antecipada a
- (A) realização de encontros, seminários ou congressos, em ambiente fechado e a expensas dos partidos políticos, para tratar da organização dos processos eleitorais, discussão de políticas públicas, planos de governo ou alianças partidárias visando às eleições, ainda que envolva pedido explícito de voto.
 - (B) divulgação de atos de parlamentares e debates legislativos, ainda que se faça pedido de votos.
 - (C) divulgação de posicionamento pessoal sobre questões políticas, inclusive nas redes sociais, desde que não envolva pedido explícito de voto.
 - (D) convocação, por parte do Presidente da República, dos Presidentes das Câmeras dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, de redes de radiodifusão para divulgação de atos que denotem ataques a partidos políticos e seus filiados ou instituições.
 - (E) publicação de *outdoors* em apoio ao pré-candidato, desde que sem pedido expresso de voto, sendo, contudo, essa forma proscrita durante o período oficial de propaganda.
72. De acordo com o que estabelecem a Constituição Federal e a Legislação Eleitoral pertinente, em matéria de inelegibilidades:
- (A) São inelegíveis para qualquer cargo os que hajam exercido, em estabelecimentos de crédito, financiamento ou seguro, que tenham sido ou estejam sendo objeto de processo de liquidação judicial ou extrajudicial, a qualquer tempo anterior à respectiva decretação, cargo ou função de direção, administração ou representação, enquanto não forem exonerados de qualquer responsabilidade.
 - (B) São inelegíveis para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito as autoridades policiais, civis ou militares, com exercício no município, nos 4 meses anteriores ao pleito.
 - (C) A dissolução da sociedade ou do vínculo conjugal, no curso do mandato, afasta a inelegibilidade prevista na Constituição Federal, relativamente a cônjuges de chefes do Executivo federal, estadual e municipal, no território de jurisdição do titular.
 - (D) Lei ordinária estabelecerá outros casos de inelegibilidade, além daqueles previstos na Constituição Federal, e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa e a moralidade para exercício de mandato, considerada a vida pregressa do candidato.
 - (E) São inelegíveis os que tenham contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, tão somente para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados.



73. Segundo o que estabelece a legislação eleitoral acerca das condutas de agentes públicos em campanhas eleitorais, é permitido
- (A) ao prefeito municipal ceder, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bem imóvel pertencente à administração municipal, para a realização de convenção partidária.
 - (B) usar materiais ou serviços, custeados pelos Governos ou Casas Legislativas, ainda que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram.
 - (C) ao prefeito ceder servidor público do município para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, ainda que o servidor não esteja licenciado.
 - (D) ao agente público permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público, tendo em vista a função social da referida ação.
 - (E) realizar, no primeiro semestre do ano de eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da Administração indireta, que excedam a média dos gastos no primeiro semestre dos três últimos anos que antecedem o pleito.

GRUPO TEMÁTICO IV

Direitos Difusos e Coletivos

74. Dentre os princípios que regem o inquérito civil, encontra-se o da publicidade, sendo que,
- (A) sua aplicação pode ser mitigada, conforme o conteúdo e o andamento da investigação.
 - (B) sua aplicação será irrestrita, nos termos do art. 37 da Constituição Federal.
 - (C) sua aplicação será irrestrita ao investigado e seu patrono.
 - (D) ao presidente da investigação é facultado vedar seu acesso, imotivadamente.
 - (E) como instrumento reservado ao Ministério Público, o acesso a ele depende de ordem judicial.
-
75. Promovido o arquivamento do inquérito civil, o órgão do Ministério Público deverá
- (A) encaminhá-lo, em 03 dias, à Procuradoria-Geral de Justiça.
 - (B) mantê-lo na sua unidade de atuação, para eventual correição pelo respectivo órgão de controle.
 - (C) encaminhá-lo, em 05 dias, ao Conselho Superior do Ministério Público.
 - (D) encaminhá-lo, em 03 dias, ao Órgão Especial do Colégio de Procuradores.
 - (E) encaminhá-lo, em 03 dias, ao Conselho Superior do Ministério Público.
-
76. Determinada associação velha, isto é, com mais de um ano de existência e atuante na esfera consumerista ofereceu representação à Promotoria de Justiça do Consumidor da Comarca, para a defesa dos interesses das mulheres lesadas pela aquisição de medicamento contraceptivo que se mostrou impróprio para os fins anunciados pelo fabricante. Nesse caso, o órgão do Ministério Público a quem foi distribuída a representação deverá
- (A) agir em litisconsórcio ativo necessário com a representante.
 - (B) instaurar inquérito civil, se a alegada afronta aos interesses metaindividuais relatada na representação depender de investigação.
 - (C) indeferi-la, pelo fato de a mencionada associação ser legitimada para a Ação Coletiva.
 - (D) indeferi-la, pelo fato de caber à associação investigar a possível lesão ao interesse coletivo *lato sensu*.
 - (E) devolvê-la à representante, sob o fundamento de que é legitimada para a defesa dos interesses transindividuais.
-
77. As ações previstas na Lei nº 7.347/1985 serão propostas no foro
- (A) da sede do autor, cujo juízo terá competência relativa para processar e julgar a causa.
 - (B) do domicílio do réu, cujo juízo terá competência absoluta para processar e julgar a causa.
 - (C) do domicílio do réu, cujo juízo terá competência relativa para processar e julgar a causa.
 - (D) do local do dano, cujo juízo terá competência absoluta para processar e julgar a causa.
 - (E) do local do dano, cujo juízo terá competência relativa para processar e julgar a causa.
-
78. Na ação coletiva para a defesa de interesses individuais homogêneos,
- (A) o Ministério Público estará sempre legitimado a propor a demanda.
 - (B) admite-se a assistência litisconsorcial, como em qualquer ação coletiva para a defesa dos interesses coletivos.
 - (C) não se admite a assistência.
 - (D) não se admite a assistência, porque os integrantes do grupo não terão conhecimento da demanda.
 - (E) admite-se a assistência litisconsorcial dos integrantes do grupo, pois os interesses nela veiculados são individuais, embora tratados coletivamente.



79. Nas ações coletivas, a coisa julgada
- (A) opera *secundum eventum probationis* nos interesses individuais homogêneos.
 - (B) impede a repropositura de nova demanda, nos termos dos arts. 502 e seguintes do Código de Processo Civil que a disciplina.
 - (C) não impede a repropositura de nova demanda, desde que por outro legitimado ativo *ad causam*.
 - (D) opera *secundum eventum probationis* nos interesses difusos e coletivos e não impede a repropositura de outra demanda com base em novas provas, face à improcedência da anterior por insuficiência de provas.
 - (E) opera *secundum eventum probationis* nos interesses difusos e coletivos, independentemente do resultado da demanda.
-
80. Nas ações versando interesses individuais homogêneos, fixado o *an debeat* em sentença não mais sujeita a recurso, a execução
- (A) poderá ser proposta pelos legitimados dos arts. 5º da Lei nº 7.347/1985 e 82 da Lei nº 8.078/1990 após um ano, desde que não tenha havido interessados em número compatível com a gravidade do dano.
 - (B) não poderá ser proposta por qualquer dos legitimados dos arts. 5º da Lei nº 7.347/1985 e 82 da Lei nº 8.078/1990.
 - (C) independe de liquidação.
 - (D) poderá ser proposta pelos integrantes do grupo somente após um ano do trânsito em julgado da sentença.
 - (E) poderá ser proposta pelos integrantes do grupo, que deverão agir em litisconsórcio ativo necessário em número compatível com a gravidade do dano.
-
81. A Lei nº 6.938/1981, que Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, no art. 2º, I prevê que [...] o meio ambiente é patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido [...]. Logo, o meio ambiente é
- (A) bem que integra o interesse individual homogêneo dos indivíduos.
 - (B) patrimônio da União.
 - (C) patrimônio da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
 - (D) bem que integra o interesse difuso dos indivíduos.
 - (E) bem que integra o interesse coletivo dos indivíduos.
-
82. Conferido ao Estado o licenciamento administrativo de bens pertencentes à União, eventual ameaça ou dano ambiental a interesses desta última deve ser dirimido pela
- (A) Justiça Federal, permitida a atuação conjunta dos Ministérios Públicos Federal e Estadual.
 - (B) Justiça Estadual.
 - (C) Justiça Federal ou Estadual.
 - (D) Justiça Federal, vedada a atuação conjunta dos Ministérios Públicos Federal e Estadual.
 - (E) Justiça Estadual, vedada a atuação conjunta dos Ministérios Públicos Federal e Estadual.
-
83. Chegou ao conhecimento do Promotor de Justiça da comarca que determinado banco não tem cumprido o atendimento prioritário especial a que a pessoa idosa faz jus, segundo a Lei nº 10.741/2003. Nesse caso,
- (A) deverá indeferir a representação, porquanto não há atendimento prioritário especial, com base na garantia fundamental da igualdade prevista no art. 5º, *caput*, da Constituição Federal.
 - (B) cabe-lhe instaurar inquérito civil para apurar se os maiores de 60 anos têm atendimento preferencial.
 - (C) cabe-lhe instaurar inquérito civil para apurar se os maiores de 65 anos têm atendimento preferencial.
 - (D) cabe-lhe instaurar inquérito civil para apurar se os maiores de 70 anos têm atendimento preferencial.
 - (E) cabe-lhe instaurar inquérito civil para apurar se os maiores de 80 anos têm atendimento preferencial.
-
84. O conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental recebe o nome de
- (A) Outorga onerosa do direito de construir.
 - (B) Operação Urbana Consorciada.
 - (C) Usucapião Especial Urbana.
 - (D) Direito de Superfície.
 - (E) Direito de Preempção.
-
85. Ao deferir a inicial da Ação de Improbidade, segundo a Lei nº 14.230/2021, os sujeitos passivos da relação processual poderão apresentar contestação em
- (A) 60 dias.
 - (B) 10 dias.
 - (C) 15 dias.
 - (D) 20 dias.
 - (E) 30 dias.



86. No estacionamento privado aberto ao público de determinado *shopping center*, constatou-se a inexistência de vagas reservadas às pessoas com deficiência. Nesse caso,
- (A) não cabe ao Ministério Público qualquer providência, face à inexistência de afronta ao interesse coletivo *lato sensu*.
 - (B) cumpre aos empreendedores reservar 1% do total das vagas para estacionamento, garantida ao menos uma, próximas aos acessos de circulação de pedestres.
 - (C) cumpre aos empreendedores reservar 2% do total das vagas para estacionamento, garantida ao menos uma, próximas aos acessos de circulação de pedestres.
 - (D) cumpre aos empreendedores reservar 3% do total das vagas para estacionamento, garantida ao menos uma, próximas aos acessos de circulação de pedestres.
 - (E) não há qualquer irregularidade, pois o empreendimento é particular.

Direito da Criança e do Adolescente

87. As audiências concentradas, tratadas no Provimento 118/21, do Conselho Nacional de Justiça, a cargo da autoridade judiciária que atua perante a Vara da Infância e Juventude, sem prejuízo do caráter prioritário e do andamento dos processos em trâmite, deverão ser realizadas
- (A) nas dependências do fórum, sempre que possível, com participação da equipe interprofissional.
 - (B) somente quando a medida esteja em execução em entidade localizada nos limites da jurisdição territorial do juiz da Infância e Juventude.
 - (C) a cada 3 meses e nas dependências de cada uma das unidades sob a responsabilidade da autoridade judiciária.
 - (D) em cada semestre, preferencialmente nos meses de “abril e outubro” ou “maio e novembro”.
 - (E) exclusivamente na modalidade presencial, vedada a possibilidade de videoconferência ou outros meios de comunicação a distância.
88. Nos termos do que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente, a aplicação das medidas específicas de proteção à criança e ao adolescente será norteadas por vários princípios, dentre os quais o *interesse superior da criança e do adolescente*, que estabelece que
- (A) as medidas específicas de proteção previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, bem como substituídas a qualquer tempo.
 - (B) a intervenção deve ser a necessária e adequada à situação de perigo em que a criança ou o adolescente se encontram no momento em que a decisão é tomada.
 - (C) a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do adolescente, sem prejuízo da consideração que for devida a outros interesses legítimos no âmbito da pluralidade dos interesses presentes no caso concreto.
 - (D) a interpretação e aplicação de toda e qualquer norma contida no Estatuto da Criança e do Adolescente deve ser voltada à proteção integral e prioritária dos direitos de que crianças e adolescentes são titulares.
 - (E) a promoção dos direitos e proteção da criança e do adolescente deve ser efetuada no respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva de sua vida privada.

89. O órgão de execução do Ministério Público, em primeira instância, tendo tomado conhecimento da prática de ato infracional atribuído a adolescente, analisou as informações e entendeu não ser caso de arquivamento ou remissão, decidindo dar início ao procedimento para aplicação da medida socioeducativa através de
- (A) representação oferecida à autoridade judiciária.
 - (B) oferecimento de queixa perante o juiz competente.
 - (C) oitiva informal do adolescente, na presença de seus familiares.
 - (D) denúncia por prática de ato infracional.
 - (E) apresentação do adolescente apreendido em flagrante perante a autoridade judiciária.

90. Através de ofício encaminhado pela direção de estabelecimento de ensino, chega ao conhecimento do Promotor de Justiça que atua perante a Vara da Infância e Juventude, que criança ali matriculada está apresentando sinais de maus-tratos e abuso sexual, impostos pelos pais. Apresentada tal situação à autoridade judiciária competente, esta poderá, cautelarmente,
- (A) aplicar a medida de obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado.
 - (B) encaminhar a criança e os pais a serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família.
 - (C) determinar o encaminhamento dos pais ou responsáveis a tratamento psicológico ou psiquiátrico.
 - (D) aplicar a medida de advertência aos pais ou responsáveis.
 - (E) determinar o afastamento do agressor da moradia comum, com fixação provisória de alimentos.



91. O Conselho Tutelar é um dos mecanismos de viabilização da participação popular nas questões afetas à infância e à juventude e na defesa dos direitos de que são titulares as crianças e os adolescentes. Diante disso, a escolha de seus membros se dará
- (A) pelos integrantes do próprio Conselho Tutelar, um mês antes do encerramento de seus mandatos de 4 anos, com fiscalização pelo Ministério Público.
 - (B) por eleição realizada a cada 4 anos, sempre no último domingo de outubro, no mesmo ano da eleição presidencial, estando aptos a votar apenas os integrantes do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.
 - (C) por processo estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com fiscalização do Ministério Público.
 - (D) por processo estabelecido por lei estadual, realizado e fiscalizado pelo Ministério Público.
 - (E) por processo estabelecido por lei municipal, realizado e fiscalizado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
-
92. Nos termos da Recomendação nº 70/2019, do Conselho Nacional do Ministério Público, a atuação conjunta do Ministério Público dos Estados, Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público do Trabalho, no enfrentamento do trabalho infantil e na promoção da profissionalização de adolescentes e jovens, se concretizará através da adoção de várias ações, entre elas, a
- (A) definição interinstitucional dos limites etários referentes à proibição de trabalho e ao exercício de atividade na condição de aprendiz.
 - (B) assinatura de termos de cooperação para destinação de verbas oriundas de Termo de Ajuste de Conduta e Ação Civil Pública, voltadas a projetos vinculados à proteção da infância e da adolescência, entre outras questões que possam ser consideradas relevantes.
 - (C) priorização da atuação interinstitucional em face de crianças e adolescentes habitantes da zona rural e com baixa escolaridade.
 - (D) definição de regras protetivas ao adolescente portador de deficiência, assegurando-lhe horário especial de trabalho e remuneração diferenciada.
 - (E) fiscalização do trabalho noturno, assim compreendido entre vinte e duas horas de um dia e cinco horas do dia seguinte, bem como daquele realizado em locais prejudiciais ao desenvolvimento social do adolescente.
-
93. A equipe interprofissional, assim definida como serviço auxiliar à Vara da Infância e Juventude, subordinada à autoridade judiciária, tem atribuição para
- (A) prestar assistência judiciária gratuita à criança ou adolescente que dela necessitem ou sempre que seus interesses colidirem com os de seus pais ou responsável.
 - (B) disciplinar, através de portaria, a participação de criança ou adolescente, em espetáculos públicos, seus ensaios e em certames de beleza.
 - (C) fornecer subsídios por escrito, mediante laudos, ou verbalmente, na audiência, e bem assim desenvolver trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e outros.
 - (D) autorizar a viagem de criança ou adolescente menor de 16 anos, desacompanhados dos pais ou responsáveis, desde que o destino seja comarca contígua à sua residência.
 - (E) promover a execução das decisões proferidas pelo Conselho Tutelar.
-
94. Em relação à colocação em família substituta, sob as formas de guarda, tutela ou adoção, com concordância dos pais, há um procedimento legalmente estabelecido dispondo que:
- I. O juiz, na presença do Ministério Público, ouvirá as partes, devidamente assistidas por advogado ou defensor público, para verificar sua concordância com a adoção, no prazo máximo de 10 dias, contado da data do protocolo da petição ou da entrega da criança em juízo.
 - II. Mesmo sendo falecidos os pais, ou tendo sido destituídos ou suspensos do poder familiar, ou ainda, se houverem aderido expressamente ao pedido de colocação em família substituta, será necessária a assistência de advogado para formulação da petição pleiteando a colocação em família substituta.
 - III. O consentimento dos titulares do poder familiar com a colocação da criança em família substituta é retratável até a data da realização da audiência de oitiva das partes para verificar a concordância com a adoção, e os pais podem exercer o arrependimento no prazo de 10 dias, contado da prolação da sentença de extinção do poder familiar.
 - IV. A perda ou modificação da guarda deverá ser, obrigatoriamente, decretada em procedimento autônomo, para que se viabilize o contraditório e se atente ao devido processo legal.
- Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, e de suas regras sobre o procedimento de colocação em família substituta, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e IV.
 - (B) I e III.
 - (C) I, II e IV.
 - (D) III e IV.
 - (E) II e III.

**Legislação Institucional**

95. Com base em lei complementar em vigor, que dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público de Pernambuco, é correto afirmar que as decisões deste órgão, fundadas em sua autonomia funcional administrativa e financeira, obedecidas as formalidades legais, possuem
- (A) eficácia plena e executividade imediata ressalvada a competência constitucional do Poder Judiciário e Tribunal de Contas.
 - (B) eficácia vinculada a prévia aprovação pelo Poder Executivo.
 - (C) eficácia e executividade vinculadas a prévia aprovação pela Assembleia Legislativa.
 - (D) eficácia vinculada a prévia aprovação pela Assembleia Legislativa.
 - (E) eficácia e executividade vinculadas a prévia aprovação pelo Poder Executivo.
-
96. Por força de expressa disposição contemplada em lei federal, que dispõe sobre as normas gerais de organização do Ministério Público dos Estados, além de outras providências, são considerados Órgãos da Administração Superior:
- (A) a Procuradoria-Geral de Justiça, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional e a Corregedoria Geral do Ministério Público.
 - (B) a Procuradoria-Geral de Justiça, a Corregedoria Geral do Ministério Público e os Órgãos de Apoio Administrativo.
 - (C) a Procuradoria-Geral de Justiça e as Procuradorias de Justiça.
 - (D) a Procuradoria-Geral de Justiça, as Procuradorias de Justiça e os Centros de Apoio Operacional.
 - (E) a Procuradoria-Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público e a Corregedoria Geral do Ministério Público.
-
97. O Ministério Público deverá valer-se de concurso público, de provas e títulos, para preenchimento de seus cargos vagos, cabendo à Procuradoria-Geral de Justiça sua organização e realização, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, quando constatado que
- (A) existem comarcas com cargos de Promotores de Justiça vagos há mais de 6 meses.
 - (B) o número de aposentadorias ultrapassou um quinto dos cargos existentes.
 - (C) a somatória dos cargos vagos, considerando todos os estágios da carreira, ultrapassou 20% do total de cargos.
 - (D) o número de vagas atingiu a um quinto dos cargos iniciais da carreira.
 - (E) o Colégio de Procuradores de Justiça deliberou sobre a necessidade de abertura de concurso de ingresso à carreira.
-
98. A exemplo do que ocorre com as funções do Ministério Público, definidas na Constituição Federal, na Constituição Estadual e na lei orgânica, é prerrogativa legal dos membros do Ministério Público, entre outras:
- (A) Remoção, em caso de extinção do órgão de execução, da Comarca ou mudança da sede da Promotoria de Justiça, para outra Promotoria de Justiça à sua livre escolha.
 - (B) Adotar, nos limites de suas atribuições, as providências cabíveis em face da irregularidade de que tenha conhecimento ou que ocorra nos serviços a seu cargo.
 - (C) Perda do cargo por sentença judicial transitada em julgado, proferida em ação civil própria, nos casos elencados em lei.
 - (D) Estar sujeito a intimação ou convocação para comparecimento, somente se expedida pela autoridade judiciária ou por órgão da Administração Superior do Ministério Público competente, ressalvadas as hipóteses constitucionais.
 - (E) Vitaliciedade após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.

GRUPO TEMÁTICO V**Promoção da Igualdade Étnico-Racial e Legislação Específica**

99. O Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) traz vários conceitos a serem considerados para efeitos de aplicação de seus dispositivos legais, e dentre eles, considera como desigualdade racial
- (A) toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica.
 - (B) toda ação que viola os direitos fundamentais da população negra.
 - (C) a assimetria existente no âmbito da sociedade que aumenta a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais.
 - (D) toda exclusão ou restrição baseada em raça, cor, origem ou etnia, nos campos político, econômico, social e cultural.
 - (E) toda violação às políticas de correção das desigualdades raciais e promoção da igualdade de oportunidades.
-
100. Durante realização de concurso público para provimento de cargos junto ao Conselho Nacional do Ministério Público, foi respeitada a exigência de reserva de 20% de vagas para negros, sendo que, após a divulgação da lista de aprovados em vaga reservada, um candidato negro aprovado desistiu, já que foi convidado a trabalhar na iniciativa privada. Nos termos do que prevê a Resolução nº 170/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, a vaga decorrente da desistência do candidato será
- (A) cancelada, após a devida retificação da lista de aprovados.
 - (B) preenchida pelo candidato negro posteriormente classificado.
 - (C) transferida para as vagas oferecidas à ampla concorrência, com a devida retificação da lista de aprovados.
 - (D) obrigatoriamente incluída no próximo concurso para provimento de cargos do Conselho Nacional do Ministério Público.
 - (E) destinada a candidato portador de deficiência.